29 de novembro, e do ponto 4.1 do Despacho n.º 860/2013, de 10 de dezembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de n.º 11, de 16 de janeiro de 2013.

1 — Caracterização da oferta:

Tipo de oferta: Mobilidade interna na categoria pelo período máximo de 18 meses.

Carreira e categoria: Técnico superior.

N.º de postos de trabalho: 2.

Remuneração: A detida pelo trabalhador na carreira/categoria de origem.

2 — Caracterização do posto de trabalho ou atividade:

Elaboração de pareceres jurídicos no âmbito das atribuições da DGAJ, e do normal desenvolvimento das respetivas atividades; instruir processos administrativos gratuitos e elaborar peças processuais no âmbito do contencioso administrativo; instruir processos disciplinares, sindicâncias e inquéritos de que seja incumbido.

3 — Requisitos de admissão:

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito.

Relação jurídica de emprego público: trabalhadores que possuam atualmente uma relação jurídica de emprego público, em regime de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas, constituída por tempo indeterminado.

4 — Perfil pretendido:

i) Conhecimentos ou experiência profissional no exercício efetivo de funções na área de caracterização do posto de trabalho;

ii) Aptidão para trabalhar em equipa e bom relacionamento interpessoal e capacidade de comunicação verbal e escrita;

iii) Capacidade de análise, de planeamento e de organização no trabalho.

5 — Local de trabalho:

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av.ª D. João II, 1.08.01, D/E, Ed. H- Piso 0, 9-14
1990-097 Lisboa

6 — Métodos de seleção:

Avaliação curricular complementada com entrevista (apenas serão convocados para a entrevista os candidatos selecionados na avaliação curricular e que reúnam os requisitos de admissão).

7 — Prazo de admissão das candidaturas:

10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso.

8 — Formalização das candidaturas:

Requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Administração da Justiça, com a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego público que detém, da carreira/categoria, da posição remuneratória, do nível remuneratório e do respetivo montante, do endereço eletrónico e ainda do contacto telefónico.

9 — As candidaturas devem ser acompanhadas dos seguintes documentos:

Curriculum profissional detalhado, na área pretendida;

Fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias.

10 — A candidatura identificada com a menção “Recrutamento por mobilidade interna na categoria” deve ser dirigida e enviada para a morada indicada no ponto n.º 5, ou para o seguinte endereço eletrónico: correio@dgaj.mj.pt

A presente oferta de emprego será igualmente publicitada em www.bep.gov.pt no 1.º dia útil seguinte à presente publicação.

20 de dezembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207497283

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes da Ministra da Justiça e do Ministro
da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Despacho n.º 206/2014

Considerando que compete à Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco planificar a intervenção do Estado e a

coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na proteção de crianças e jovens, às quais compete, por seu turno, assegurar a prevenção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens, procedendo à eliminação das situações suscetíveis de colocar em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Atendendo a que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco é presidida por uma individualidade a nomear por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a quem compete, nomeadamente, dirigir a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e representá-la publicamente.

Determina-se o seguinte:

1 — É nomeado, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do mesmo artigo do Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril, para exercer as funções de presidente da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, o licenciado Armando Acácio Gomes Leandro, tendo em conta a sua competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação, como se evidencia pela nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — A presente nomeação é pelo período de dois anos e produz efeitos a partir de 28 de outubro de 2013.

3 — Consideram-se ratificados todos os atos praticados até à data de publicação do presente despacho.

16 de dezembro de 2013. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*. — O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

Nota curricular

Nome: Armando Acácio Gomes Leandro.

Naturalidade: Tabuaço.

Habilitações: Curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Situação profissional: Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça Jubilado.

Funções atuais:

Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;

Presidente da Comissão de Proteção de Testemunhas em Processo Penal;

Presidente da Direção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – CrescerSer;

Presidente da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Cascais;

Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Portuguesa Contra a Sida;

Presidente da Assembleia-Geral da Associação «Recomeçar» — reinserção de toxicodependentes;

Membro do Conselho de Curadores da Fundação Pro Dignitate;

Membro do Conselho Consultivo da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto;

Membro do Conselho Consultivo do Instituto da Educação da Universidade do Minho;

Membro do Conselho Geral da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Funções anteriores:

Magistrado do Ministério Público;

Juiz;

Diretor do Centro de Estudos Judiciários – Formação de Magistrados do Ministério Público e de Juizes;

Coordenador do Grupo CID (Crianças, Idosos, Deficientes; Cidadania, Instituições e Direitos), destinado à prevenção de maus-tratos em instituições;

Presidente da Assembleia-Geral da Associação Portuguesa para Apoio à vítima;

Coordenador Nacional do Projeto Vida (Prevenção da toxicodependência).

Variados artigos publicados nos domínios da promoção e proteção dos direitos da criança, do jovem e da família, da formação de Magistrados do Ministério Público e de Juizes, e da prevenção primária, secundária e terciária da droga e toxicodependência.

207491078